

## COMPORTAMENTO ELEITORAL E TIPOLOGIA DA AÇÃO SOCIAL WEBERIANA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TESE DO APARTIDARISMO NORTE-AMERICANO<sup>1</sup>

**Éder Rodrigo Gimenes<sup>2</sup>**

### 1. INTRODUÇÃO

O debate contemporâneo acerca dos padrões de engajamento político nos regimes democráticos tem evidenciado a distinção entre modalidades tradicionais e contestatórias. Ainda que conceitualmente sejam classificadas como participação convencional e não convencional (MILBRATH, 1965; DELLA PORTA, 2003; NORRIS, 2007), não são raros os casos de indivíduos que atuam em ambas as modalidades, por meio de diferentes repertórios de ação política (BARNES; KAASE, 1979; NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011; BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015).

De modo geral, as pesquisas recentes têm apontado o declínio ou estabilização das formas tradicionais de participação (DALTON; WATTENBERG, 2001; PUTNAM, 2003; BORBA; RIBEIRO, 2011), com destaque para os partidos políticos, e a ascensão do ativismo vinculado a atividades de protesto (INGLEHART; CATTERBERG, 2002; CATTERBERG, 2003; DELLA PORTA, 2003; WELZEL; INGLEHART; DEUSTCH, 2005; NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011).

Não há convergência entre os autores que pesquisam sobre a participação quanto ao avanço, estagnação ou queda do engajamento político dos cidadãos, nem quanto ao efeito de suas variações sob o regime democrático. Porém, são muitos os que

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste artigo foi apresentada como trabalho final da disciplina "Tópicos Especiais: Max Weber e a Sociologia Contemporânea" no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, ministrada pelo docente Carlos Eduardo Sell, a quem agradeço pelas considerações que contribuíram para a versão final do *paper*.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador dos grupos de pesquisa "Cultura Política, Comportamento e Democracia" (UEM/CNPq) e "Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais" (NPMS - UFSC/CNPq) e do "Núcleo de Pesquisas em Participação Política" (NUPPOL - UEM).

consideram os partidos políticos<sup>3</sup> como instituições essenciais à democracia (SCHATTSCHEIDER, 1942) e entendem que a estabilidade do regime dependeria, ainda que parcialmente, de um processo de competição partidária, uma vez que caberia a tais instituições as funções de mediação, agregação e estruturação das demandas da sociedade civil perante o Estado (BAQUERO, 2000; DELLA PORTA, 2003).

Diante deste cenário, os diagnósticos acerca das consequências do desalinhamento se dividem, de maneira simplificada, em duas linhas: uma pessimista e outra otimista. A visão negativa, representada com destaque por Putnam (2002) prevê a diminuição do comparecimento eleitoral, a fluidez nas opiniões e opções de votos dos eleitores e o ceticismo com relação aos processos e instituições representativas como principais decorrências do desengajamento partidário.

Em contrapartida, autores otimistas apontam o aumento da qualidade da democracia, por conta da maior sofisticação do eleitor, como principal efeito do distanciamento entre partidos e eleitores. Tais indivíduos, mais críticos em relação às instituições tradicionais e hierarquizadas, seriam portadores de valores fortemente democráticos, bem como orientados para ações políticas mais horizontalizadas e de auto-expressão (DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; DALTON, 2013).

Dentre as pesquisas que têm se dedicado à discussão sobre o relacionamento entre os eleitores e os partidos políticos, empreendidas em diversos países, são muitas as que apontam para o crescente distanciamento dos eleitores em relação aos partidos, as quais diagnosticaram a crise e o declínio dos partidos políticos em países europeus (MAIR, 2000; 2003; MAIR; VAN BIEZEN, 2001; DELLA PORTA, 2003; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; SEYD; WHITELEY, 2004; FREIRE, 2005; MORALES, 2005; NORRIS, 2007a; SCARROW; GEZGOR, 2010; WITHELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; GALLEGO; GUILLEM; ANDUIZA, 2012) e nos Estados Unidos (CLARKE; STEWART, 1998; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; DALTON, 2013). Já na América Latina, região majoritariamente composta por jovens democracias, não há consenso sobre o

---

<sup>3</sup> O estudo clássico de Michels (1982 [1911]) sobre os partidos políticos é destacado por diversos autores como de grande importância para o desenvolvimento e consolidação da área de pesquisa (BAUDOUIN, 2000; PASQUINO, 2010; MAYER, 2011).

fenômeno, sendo que Baquero (1998; 2000; 2012) tem afirmado recorrentemente o afastamento dos eleitores com relação aos partidos, no que diverge de autores como Alcántara Sáez e Freidenberg (2001), Gimenes (2014) e Furriel e Gimenes (2015).

Boa parte dos diagnósticos atribui a causalidade do desalinhamento a fatores estruturais, em especial à reorganização funcional dos partidos políticos frente às alterações em seu relacionamento com o Estado, que media e controla a competição eleitoral. Entretanto, há que se considerar a relevância de fatores exógenos às instituições, em especial o refinamento cognitivo das massas (BAQUERO, 2000; MAIR, 2003; WITHELEY, 2011; MAYER, 2011; DALTON, 2013). Sob esta perspectiva, o afastamento dos indivíduos não seria tratado apenas como consequência, mas também como fator causal do declínio dos partidos enquanto instituições representativas.

Nesse sentido, o mais recente trabalho de Russell Dalton, *The partisan American: dealignment and changing electoral politics* (2013), levanta a tese de que os Estados Unidos e as demais democracias avançadas estariam presenciando a expansão de um novo tipo de eleitor, que o autor denomina apartidário. Tal eleitor seria dotado de alta mobilização cognitiva (portador de alta escolaridade e interessado por política) e manifestaria uma base atitudinal de forte apoio à democracia, com posicionamento crítico em relação às instituições hierárquicas e preferência por formas diretas de ação política. Dentre as consequências de tal constatação advêm tanto alterações no comportamento político do eleitorado, em nível microsocial, quanto mudanças na estrutura do jogo político e no posicionamento de candidatos e partidos, no período eleitoral e para além dele, no nível macrosociológico.

Baseados no conceito de Sociologia de Max Weber (2012 [1922], p. 3), exposto em *Economia e Sociedade*, que afirma que esta é “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”, é meu entendimento que o estudo acerca do perfil do eleitorado com vistas à identificação de preditores do voto se caracteriza, enquanto ação social, em objeto de estudo da Sociologia e, mais especificamente, da Sociologia Política.

Buscar estabelecer um diálogo, ainda que preliminar, entre a visão

institucionalista e os valores microestruturais que compõem o fenômeno de degeneração dos partidos políticos nas democracias modernas, me parece uma tarefa plausível à Sociologia Política contemporânea. Inspirado principalmente pela discussão de Weber acerca dos tipos ideias de ação social (2012 [1922]), mas de maneira secundária também por sua pesquisa acerca do relacionamento e da influência de fatores microsociais sobre fenômenos estruturais (2012 [1904]), busquei neste autor subsídios à interpretação do modelo de análise do desengajamento partidário proposto por Dalton (2013), o qual procura explicar a diminuição da participação em partidos políticos por meio da escolaridade, associada a outros atributos sociais e demográficos<sup>4</sup>.

Diante dessas considerações, o presente artigo tem por objetivo evidenciar a influência dos modos de orientação presentes no conceito da ação social de Max Weber<sup>5</sup> sobre o modelo de tipificação dos perfis do eleitorado norte-americano elaborado por Russell Dalton.

Para tanto, além desta seção introdutória, este artigo dispõe ainda de outras três. Na próxima, retomo aspectos relevantes da teoria weberiana no que se refere ao conceito de partidos, à participação em tais instituições e, mais especificamente, aos modos de ação social, centrais à discussão aqui empreendida. A seção seguinte expõe os pontos centrais da tese do apartidarismo e a tipologia do eleitorado de Dalton (2013), bem como estabelece um diálogo entre tal modelo normativo e os conceitos weberianos em destaque. Por fim, estabeleço algumas considerações sobre o campo de estudos do partidarismo, considerada a relevância de Weber à Sociologia Política contemporânea.

## **2. MAX WEBER E A SOCIOLOGIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES**

---

<sup>4</sup> Para Weber, a utilização de estruturas macrosociológicas, mediadas por orientações das ações sociais, as quais se manifestam no nível microsociológico, seria capaz de explicar outras estruturas macrosociais, ou seja, determinariam sua causalidade. Em outras palavras, estruturas não gerariam estruturas, mas seriam mediadas pela ação dos indivíduos, por meio da explicação do sentido da ação social (SELL, 2012).

<sup>5</sup> Os modos de orientação da ação social weberiana encontram-se expostos nos *Conceitos sociológicos fundamentais*, componentes iniciais do primeiro volume da obra *Economia e sociedade*. Sobre as diferentes versões da obra, são relevantes as considerações de Pierucci (2008).

Os partidos políticos e os sistemas partidários constituem o objeto central da Ciência Política, de modo que só é possível pensar a democracia moderna se considerarmos tais instituições em seu papel central no referido regime. Nesse sentido, preliminarmente à discussão relacionada ao engajamento em tais instituições e à teoria weberiana, faz-se salutar destacar a relevância do autor por conta de seu conceito de partido, tido como definição clássica por autores como Baudouin (2000), Della Porta (2003) e Pasquino (2010).

Nas palavras de Weber, “partidos são, em sua essência mais íntima – por mais numerosos que sejam os meios que empenhem para conseguir a associação permanente de sua clientela –, organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento [...]”. Também segundo o autor, “seu objetivo é, hoje, sempre a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos ou em corporações com voto” (WEBER, 2012 [1922], p. 544). Os mesmos autores que destacam o conceito clássico weberiano de partidos políticos afirmam ainda que apesar da definição contemporânea ter se alterado em alguma medida, o cerne do conceito exposto em *Economia e Sociedade* se mantém.

Para além de tal contribuição, Weber tratou ainda do processo de burocratização dos partidos, com conseqüente organização das massas e alteração do cenário político de dominação<sup>6</sup>. Segundo Pasquino (2010, p. 185), o autor alemão

[...] identificou com exactidão a transformação estrutural mais significativa verificada no início do século: de partidos de notáveis, ou seja, de estruturas embrionárias e apenas activáveis para efeitos eleitorais, para partidos de massas, baseados em estruturas permanentes e com atividade constante”<sup>7</sup>.

Da mesma maneira, destaca-se na referida obra, datada de quase um século atrás, um diagnóstico amplamente debatido por cientistas políticos na atualidade: a diferenciação entre filiação partidária e militância. Weber (2012 [1922], p. 544) afirma que

<sup>6</sup> Diversos autores retomaram a classificação dicotômica dos partidos de Weber, como Duverger (1980 [1951]).

<sup>7</sup> Weber (2011 [1919]) discorreu sobre os partidos de notáveis e de massas também em sua conferência *A política como vocação*, onde também apresentou relevantes considerações sobre a então “nova” figura do político profissional.

Mesmo no caso de uma forma muito democrática de organização dos partidos de massas (que, como sempre, tem como consequência o desenvolvimento de um funcionalismo remunerado), a grande maioria dos eleitores, mas também dos simples “associados”, não participa (ou apenas formalmente) na determinação dos programas e dos candidatos.

Com efeito, os estudos políticos contemporâneos não apenas identificaram o desalinhamento partidário, como também a diminuição da intensidade da participação de membros dos partidos, os quais, não raras vezes, contam com a atuação de voluntários ou simpatizantes para o desenvolvimento de suas atividades políticas (WITHELEY; SEYD, 2002; MAIR, 2003, WITHELEY, 2011, DALTON, 2013).

O fato é que durante o século XX a maior parte dos partidos de massas se transformou, assim como o eleitorado, de modo que as numerosas e significativas alterações ocorridas no ambiente sociopolítico trouxeram desafios aos partidos, por conta, por exemplo, da utilização das mídias nas campanhas eleitorais e de mudanças culturais do eleitorado.

É a alteração no processo de decisão eleitoral o foco deste artigo. Logo, me deterei à discussão acerca da ação referente à escolha do voto e, para tanto, aos tipos ideais de ações sociais apresentados por Weber (2012 [1922]).

Para o referido autor, a sociologia é “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 2012 [1922], p. 3). Desta maneira, cabe à Sociologia compreender interpretativamente as ações orientadas por um sentido. Tal compreensão, de caráter explicativo, visa esclarecer os motivos para se realizar uma ação num momento e situação precisos.

Entendo que a presente discussão se filia, ainda que parcialmente, àquilo que Schluchter (2009), em contextualização exposta por Sell (2012), define como programa de investigação weberiano. Baseado no esquema elaborado por Esser (1993), Schluchter (2009) afirma que a ação necessita ser analisada em três momentos distintos: [1] a lógica da situação, referente à influência das condições estruturais sobre o nível da ação (macro > micro); [2] a lógica da seleção, que diz respeito às escolhas de atos sociais no nível individual (micro > micro); e [3] a lógica da agregação, que trata da influência de

elementos microssociais sobre a estrutura (micro > macro). Desta forma, a sociologia weberiana seria composta por um modelo teórico de múltiplos níveis.

Nesta direção, o plano micro envolve os mecanismos de orientação da ação e diz respeito à tipologia weberiana das ações sociais. Já o plano macro envolve a transição para os mecanismos de coordenação da ação, incluindo tanto as relações sociais quanto sua configuração de ordens sociais motivadas por interesses (como o mercado) ou por princípios de legitimação (como a esfera política e a jurídica) ou mesmo a instituição destas relações em organizações administrativas ou políticas. Finalmente, em um terceiro nível, ainda mais amplo, Weber apresenta ainda uma teoria da cultura que se refere ao modo como modos de orientação da ação e estrutura sociais estão institucionalizados em civilizações historicamente determinadas (SELL, 2012, p. 8).

Conforme o objetivo deste artigo, meu foco concentra-se no plano micro, ou seja, na orientação da ação social. Segundo Schluchter (2011, p. 327), para Weber, “a ação sempre implica relações com objetos. Eles são parte da situação e podem ser físicos, sociais ou culturais. O ator é condicionado por objetos e orientado por objetos. Ele é forçado a e livre para escolher”.

Já a ação social, nas palavras do próprio Weber (2012 [1922], p. 3), “[...] significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso”, cuja atribuição de sentido se dá de maneira subjetiva.

Em se tratando de tipos ideais, Weber (2012 [1922]) classifica as ações sociais em quatro tipos, conforme sua relação com a racionalidade. Em ordem decrescente de racionalidade, tais ações seriam [1] racional com relação a fins; [2] racional com relação a valores; [3] tradicional; e [4] afetiva. Segundo palavras do próprio autor:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins: por expectativa quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal; 3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado (WEBER, 2012 [1922], p. 15).

A ação racional com relação a fins e a ação racional com relação a valores se situam no mesmo nível de racionalidade (SCHLUCHTER, 2011). Enquanto a primeira considera fins, meios e consequências secundárias de forma ponderada, a segunda se manifesta a serviço da convicção do indivíduo, sem considerar as consequências previsíveis de sua atuação.

Quanto às ações que não se guiam pela racionalidade, a ação tradicional é reativa e, muitas vezes, orientada para além do sentido, uma vez que trata-se de uma reação habitual que pode ou não se dar de maneira consciente, em diversos graus. Já a ação afetiva também ocorre no limite ou além do sentido, porém pode se tratar de uma reação desenfreada a estímulos não cotidianos e, não raras vezes, é condicionada à descargas conscientes do estado emocional.

Faz-se salutar ressaltar novamente que tais modalidades de ação social são apresentadas por Weber como tipos ideais e que, segundo Sell (2010, p. 111), “[...] são apenas um meio que o pesquisador possui para organizar a realidade de forma lógica, no plano do pensamento, sem a pretensão de traduzir exatamente a estrutura do mundo”.

Baseado em tal pressuposto, busco no presente artigo estabelecer um diálogo entre o conceito sociológico fundamental de ação social e a realidade sociológica e política contemporânea, com vistas a promover, ainda que de maneira sucinta, uma atualização parcial da teoria weberiana no campo de estudos do comportamento político e eleitoral.

### **3. A TESE DO APARTIDARISMO E A INFLUÊNCIA DO ATRIBUTO MICROSSOCIAL SOBRE A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL**

A participação em partidos políticos pressupõe uma cultura política diferenciada por parte dos indivíduos engajados em tais instituições. Em um momento em que as pesquisas acadêmicas apresentam resultados pessimistas, os quais diagnosticam o declínio da participação partidária e a crise dos partidos políticos, me parece relevante identificar os valores e comportamentos daqueles cidadãos que atuam partidariamente.



Em sua discussão acerca das crenças de ativistas políticos, Dahl (1997) afirma que pessoas diferentes provocam efeitos distintos em qualquer sistema político e propõe como importante questão a identificação de quem alimenta quais crenças políticas. Apesar de ressaltar que essa abordagem não implica na desconsideração dos valores difundidos entre o restante da população, o autor aponta que o conjunto dos valores das camadas politicamente mais atuantes e envolvidas com as atividades políticas pode ser um importante fator nos estudos sobre poliarquias.

Ainda conforme Dahl (1997), os ativistas políticos, diferentemente da maioria das pessoas, teriam sistemas de crenças complexos e ricos, o que poderia ser explicado em grande medida pela associação entre essa sofisticação e os níveis de escolaridade e interesse em política. Além disso, no que diz respeito à dimensão estritamente cognitiva da cultura política, o autor é categórico ao afirmar que é plausível supor que o conhecimento sobre os diferentes aspectos da vida política seja maior entre os membros de uma elite do que entre a população em geral.

A participação política, que se apresenta como um conjunto de atitudes executadas pelos indivíduos sozinhos ou com outros, requer vários tipos de recursos e habilidades, dependendo da modalidade de ação. Almond e Verba (1989 [1963]), por exemplo, consideram a cognição como variável essencial à sofisticação política, aumentando as possibilidades de participação.

Uma parte considerável da literatura internacional tem evidenciado o aumento dos níveis educacionais no pós-guerra como fator condicionante da identificação de cidadãos contemporâneos cognitivamente mais engajados (DALTON, 1984; INGLEHART, 1990). Na verdade, o fator educacional encontra-se amplamente associado ao conhecimento político, à participação política em partidos, em atividades voluntárias e em sindicatos e ainda a outras formas de engajamento político. Nesse sentido, identifico aqui um primeiro sinal do relacionamento entre o modelo abordado por Dalton e a sociologia weberiana: a mobilização cognitiva trata de aspectos relacionados à racionalidade dos indivíduos.

Pesquisas empíricas realizadas nos Estados Unidos demonstram que os cidadãos instruídos são mais ativos politicamente em suas comunidades, sendo mais informados sobre a política e mais tolerantes (ALMOND; VERBA, 1989 [1963]). Da mesma

maneira, outros trabalhos associam as habilidades cognitivas e a educação como fundamentos para o engajamento político, envolvendo os cidadãos em eleições, ações diretas sobre campanhas políticas e o engajamento partidário propriamente dito (INGLEHART, 1990; DALTON, 2006; 2007).

Tais argumentos concentram a base do modelo de engajamento cognitivo de Dalton (2008; 2013), o qual entende que a participação partidária é uma forma de mobilização a qual se associam em maior medida cidadãos mais escolarizados, com maior sentimento de eficácia política subjetiva, que se relacionam com assuntos políticos por meio de conversas e do acesso a informações, além de serem caracterizados pelo ativismo eleitoral e pela participação em associações voluntárias.

Além dessas características, outras duas variáveis se destacam no modelo: idade e interesse por política. No entanto, a literatura distintas interpretações dos resultados que envolvem tais elementos do engajamento cognitivo, visto que algumas pesquisas demonstram que grupos etários mais jovens têm níveis mais elevados de educação, mas apresentam, não raras vezes, interesse por política menor que entre outras faixas etárias, de modo que esses elementos do engajamento cognitivo podem apresentar resultados contraditórios.

Em suma, o modelo de engajamento cognitivo tem como ideia central o argumento de que a participação política de um indivíduo é motivada por sua capacidade e vontade para processar e compreender informações relacionadas à política<sup>8</sup>. Considerando que tais indivíduos são mais capazes de influenciar politicamente por meio de seu envolvimento em grupos de interesses e partidos, tais cidadãos cognitivamente engajados possuem habilidades para constituírem um eleitorado mais crítico em relação ao processo eleitoral e ao governo (NORRIS, 2000)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Dalton (2013) afirma ainda que a tese do pós-materialismo, de Inglehart, se relaciona ao modelo de engajamento cognitivo, uma vez que, discorrendo sobre o perfil do eleitorado norte-americano, o primeiro autor identificou indivíduos mais instruídos politicamente e não veem os partidos como instituições capazes de atender aos seus objetivos políticos em sua totalidade.

<sup>9</sup> Outro modelo teórico que ajuda a compreender a participação em partidos políticos é o modelo do voluntarismo cívico, proposto por Verba e Nie (1972), segundo o qual o status social de um indivíduo (trabalho, educação e renda) determina sua medida de participação. A hipótese defendida pelo modelo é de que indivíduos com maiores recursos tendem a ser mais motivados a participar. Posteriormente, Verba, Schlozman e Brady (1995) incorporaram outras variáveis ao modelo, como a eficácia política subjetiva. No entanto, cabe destacar que também nesse modelo a educação desempenha um importante papel

Tendo como principal embasamento a teoria da mobilização cognitiva, Dalton (2013) discute o crescente número de norte-americanos independentes de identidades partidárias<sup>10</sup> e os fatores que contribuem para o crescimento de tal fenômeno. O autor identifica o perfil dos novos independentes (jovens, mais instruídos e interessados por política, porém sem alianças partidárias como aquelas desenvolvidas na geração de seus pais) e os diferencia daqueles mais velhos, dentre os quais é arraigada a ideia de democrata ou republicano, ainda que tais indivíduos não percebam que tal crença, assim como uma denominação religiosa ou classe social, seja determinante em sua visão e escolha pelo “melhor candidato”.

Com vistas à identificação de diferentes tipos de eleitores, Dalton (2013) criou um índice de cognição partidária<sup>11</sup>, a partir do qual apontou quatro padrões de mobilização distintos, os quais corresponderiam aos perfis de eleitores denominados independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários.

A construção dos perfis do eleitorado norte-americano por Dalton (2013) baseou-se exclusivamente em três variáveis: nível de escolaridade, interesse por política e simpatia partidária. Segundo o autor, educação e interesse por política compõem, de maneira agregada, o indicador de mobilização cognitiva dos indivíduos, o qual, combinado com uma medida de identificação de mobilização partidária, define os quatro diferentes perfis do eleitorado.

**Tabela 1.** Índice de cognição partidária

Mobilização cognitiva	Mobilização partidária	
	Sem identificação partidária	Fraca/forte identificação partidária
<b>Alta</b>	Apartidários	Partidários cognitivos
<b>Baixa</b>	Apolíticos independentes	Partidários rituais

Fonte: Adaptado de Dalton (2013, p. 40).

Dalton (2013) afirma que os independentes apolíticos não são ligados a partidos políticos, nem sofisticados cognitivamente. São eleitores que se apresentam menos preocupados com as questões políticas e com os candidatos, bem como menos

---

enquanto recurso essencial, capaz de proporcionar a um cidadão inativo a possibilidade de se tornar politicamente engajado.

<sup>10</sup> O conceito de identificação partidária de Dalton (2013) nos remete a um padrão de fidelidade partidária de longo prazo, relacionado ao apego afetivo e psicológico a um partido político preferido.

<sup>11</sup> Livre tradução deste autor para *Cognitive-Partisan Index*.

propensos a votar. Quando o fazem, suas decisões não são tomadas por meio da cognição.

Por sua vez, os partidários rituais são guiados pela identidade partidária e, na ausência de recursos cognitivos, apoiam o partido nas eleições por meio da campanha e do voto. São indivíduos com conhecimento limitado sobre questões políticas.

Já os partidários cognitivos são eleitores filiados a partidos políticos, assim como os partidários rituais, mas que diferem do grupo anteriormente definido pelo fato de que sua participação nas referidas instituições se deve a seu refinamento político, ou, nos termos de Dalton (2013), sua cognição.

Por fim, os apartidários são indivíduos que possuem refinamento cognitivo e que orientam sua atuação política por meio de suas competências, sem dependência de rótulos partidários para a avaliação e escolha de seus candidatos.

Ainda que Dalton (2013) não se reporte a Weber em sua explanação acerca dos tipos ideais de eleitores, aplicados ao cenário político norte-americano, me parece evidente a influência do clássico autor alemão sobre tal classificação, essencial ao desenvolvimento de *The apartisan American*. Sua tentativa de definição de comportamentos, em especial com relação ao voto, trabalha diretamente com a ideia de ação social em Weber no que diz respeito aos seus mecanismos de orientação, conferindo relevância ao nível microssociológico da análise.

Segundo Dalton (2013), um questionamento importante a ser feito é se os engajados em partidos atuam também de outras maneiras ou se participam apenas partidariamente, uma vez que o nível de participação política é, inevitavelmente, um sinal de vitalidade da democracia. Buscando responder a tal indagação, o autor testou a relação dos perfis do eleitorado com cinco diferentes formas de ativismo político: voto, atividades de campanha, ações diretas não eleitorais (assinaturas de petições, compra ou boicote de produtos por razões políticas ou éticas, doação de recursos a grupos não partidários e o estabelecimento de contato com políticos), protesto e uso da internet para fins políticos.

Para além do voto, sobre o qual me detenho de maneira mais detalhada na seqüência desta seção, entendemos ser relevante destacar brevemente os demais resultados encontrados: maior interesse de partidários cognitivos e apartidários pelo

jogo político, identificado pela intensidade do desenvolvimento de atividades de campanha por indivíduos com tais perfis; em se tratando de ações diretas não eleitorais, os resultados apontaram apartidários como mais participativos, seguidos por partidários cognitivos, partidários rituais e, por fim, independentes apolíticos, estando os dois últimos perfis localizados abaixo da média; os protestos repetiram os resultados evidenciados para o ativismo direto não eleitoral, o que reafirma estudos anteriores que mostram que as atividades contestatórias são mais comuns entre os cidadãos mais instruídos e mais sofisticados do que entre os grupos populacionais menos favorecidos (OPP, 2009); e quanto à participação por internet, os dois grupos mais mobilizados cognitivamente se apresentaram mais atuantes que a média americana e, por conseguinte, que os outros dois perfis. Entretanto, quanto ao último resultado, o autor faz questão de salientar que os laços partidários não podem ser considerados como maior estímulo à participação em atividades *online*, uma vez que os partidários cognitivos são menos participativos que os apartidários.

Numa análise conjunta das cinco formas de ação direta não eleitoral apresentadas por Dalton (2013), os apartidários se destacam como perfil que pratica mais atividades dentre as testadas. Além desses, partidários cognitivos também atuam em medida maior que a média norte-americana. Abaixo da média, o autor identificou partidários rituais e, com menores índices de ativismo, os independentes apolíticos. Tais resultados permitem duas importantes constatações: a primeira diz respeito à diferenciação existente entre apartidários e independentes apolíticos, cuja cultura política se mostrou fortemente diferenciada, apesar do traço comum de ausência de laços partidários; a segunda, que apesar da ênfase na identificação partidária ser entendida como um estímulo à participação política, tal identificação importa menos que o conjunto de habilidades e recursos dos indivíduos à determinação de seus valores e comportamentos políticos.

Sobre a avaliação dos candidatos e a escolha dos votos, Dalton (2013) encontrou resultados que o permitiram inferir que os eleitores independentes apolíticos são menos propensos a votar e que, quando o fazem, agem por meio de recursos de difícil previsão, baseados até mesmo por sentimentos ou escolhas puramente afetivas. Tais escolhas são permeadas por extrema subjetividade e marcadas pela ausência de racionalidade, típica

de eleitores com pouca ou nenhuma cognição política. Nesse sentido, a decisão eleitoral do eleitorado independente apolítico reporta, em alguma medida, à ação afetiva de Weber, caracterizada enquanto descarga consciente do estado emocional dos indivíduos, voltada à satisfação imediata de seus impulsos.

Já o voto dos eleitores partidários rituais norte-americanos, também segundo Dalton (2013), é uma escolha baseada prioritariamente em seu processo de socialização, sem influência ou tentativa racional de valoração dos candidatos ou de suas propostas ou programas políticos. A definição do voto de partidários rituais considera quase exclusivamente a relação estabelecida entre o indivíduo e o partido com o qual se relaciona, sendo tal manifestação derivada daquela estabelecida com os pais, os vizinhos e na escola, o que remete ao modo de orientação weberiano denominado ação tradicional, desenvolvida a partir de costumes e orientada por hábitos e pela tradição.

Com relação aos eleitores partidários cognitivos, estes realizam suas escolhas eleitorais baseados tanto nos vínculos partidários dos candidatos quanto nas propostas apresentadas por eles e por seus partidos. Ainda que sejam muito propensos a votar nos candidatos dos partidos com os quais mantêm laços partidários, entre os eleitores deste perfil foi identificada por Dalton (2013) a possibilidade de alteração do voto por conta do refinamento cognitivo dos indivíduos. Entretanto, segundo o mesmo autor, por se tratar de um sistema político em que os votos são polarizados de maneira dicotômica (democratas e republicanos), a maior parte dos eleitores partidários cognitivos opta por não votar quando as propostas de seu candidato ou partido não lhe agradam, de modo a não contribuir, por consequência, para a votação do adversário político de seu partido. Destaque-se o quão elaborada é a formulação da decisão eleitoral deste perfil de eleitor, uma vez que sua ação concreta (decisão quanto a votar ou não votar) se manifesta após uma análise racional dos candidatos. Assim, o eleitor partidário cognitivo norte-americano toma sua decisão eleitoral baseado no tipo de ação designada por Weber como racional relacionada a valores, segundo a qual as atitudes dos indivíduos estão, basicamente, à serviço de sua convicção.

O último perfil de eleitor tipificado por Dalton (2013) é o apartidário, aquele que, desvinculado de laços partidários e dotado de alto grau de racionalidade, promove suas escolhas por meio da análise e avaliação de candidatos e propostas, em

conformidade com seus interesses e sem preocupação com legendas. É este tipo de eleitor que, em meu entendimento, mais se aproxima daquele indivíduo cujo voto reflete, em termos weberianos, uma ação racional referente a fins, já que pondera de forma racional sobre meios e fins, ou seja, é capaz de determinar objetivos, calcular meios e refletir sobre os efeitos de suas escolhas eleitorais.

Cabe destacar que, em se tratando dos eleitores com maior nível de cognição, denominados partidários cognitivos e apartidários, Dalton (2013) encontrou resultados bastante semelhantes, ainda que estatisticamente os eleitores apartidários se utilizem em maior medida de recursos cognitivos quando de sua escolha eleitoral. Também esta constatação do autor norte-americano me parece de acordo com o modelo weberiano, uma vez que, superada a interpretação acerca do ordenamento dos tipos de ação social por meio de uma escala crescente, Schluchter (2011) propôs a visualização dos referidos tipos considerando as ações racionais com relação a valores e com relação a fins num mesmo nível de racionalidade, sem diferenciação.

Além disso, há de se mencionar que Weber classifica os modos de orientação das ações como tipos ideais, sem a pretensão de expor tipos “puros” de ação<sup>12</sup>. O mesmo pode-se dizer de Dalton, principalmente no que tange à sua subdivisão do eleitorado por conta de sua cognição (ou racionalidade, nos moldes weberianos).

Para além de tal tipificação, outro resultado exposto por Dalton (2013) também reporta a Weber. Assim como o autor alemão se utilizou de fatores microsociais (ações sociais dos indivíduos) para explicar a relação causal entre fenômenos de nível macrosociológico (o protestantismo ascético e o capitalismo moderno), o pesquisador norte-americano identificou em sua pesquisa um novo fato sociológico e político: a alteração do comportamento do eleitorado dos Estados Unidos rumo a valores mais racionais quanto à escolha eleitoral, motivada pelo descrédito decorrente do afastamento dos partidos políticos de seu ideário primeiro e de suas funções, culminará num processo de alteração dos candidatos, partidos políticos e programas eleitorais e políticos, uma vez que quanto mais críticos os cidadãos, maior a necessidade das

---

<sup>12</sup> Reconhecemos a importância das discussões relacionadas aos tipos de ações sociais de Weber, em especial à teoria da ação comunicativa de Habermas (2012 [1984]), ainda que este não seja o foco analítico deste artigo. Sell (2006) entende que tal obra, inclusive, é a principal contribuição desse pensador, que seria um dos mais significativos autores da Teoria Social contemporânea.

referidas instituições de se adequarem às suas necessidades, sejam elas de caráter valorativo ou objetivo.

Tal constatação é manifestada por Dalton (2013) em sua interessante discussão acerca da tomada de decisão quanto ao voto. Conforme os perfis eleitorais apresentados, é sabido que entre os indivíduos com menor cognição a discussão acerca do processo de escolha não reverbera, uma vez que a ausência ou pouca racionalidade determina a decisão sentimental de votar ou não entre os independentes apolíticos e o tradicionalismo define o voto dos partidários rituais. Já entre os partidários cognitivos e apartidários, os programas eleitorais têm ganhado cada vez mais relevância, tanto que as pesquisas de opinião pública analisadas por Dalton demonstram que eleitores que se utilizam de instrumentos racionais quando da tomada de decisão acerca de votar ou não votar (no caso dos partidários cognitivos) ou sobre em quem votar (no caso dos apartidários) analisam os candidatos, suas propostas, seus partidos e a efetividade das ações já implementadas pelos partidos e candidatos que ocupam os cargos públicos.

Diante do exposto, os resultados apresentados por Dalton (2013) o levam a considerar que o aumento dos níveis de ensino, do acesso à informação política e do entendimento quanto ao papel do governo são capazes de produzir um processo de mobilização cognitiva que pode ampliar as habilidades políticas e recursos do cidadão médio. Conseqüentemente, segundo o mesmo autor, a sofisticação dos partidários também deve sofrer melhorias. Desta maneira, a mobilização cognitiva teria potencial para mudar o processo eleitoral, tornando-o mais próximo ao ideal da teoria democrática, com eleitores capazes de fazer julgamentos independentes dos candidatos e das questões do momento. Tal ideal seria, ainda no entendimento de Dalton (2013), o cidadão mais próximo quanto possível daquele descrito pela teoria da escolha racional<sup>13</sup>.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>13</sup> Considerando nosso objetivo de explanação acerca da tipificação do eleitorado norte-americano à luz dos tipos de ações sociais weberianas, a discussão tangente à teoria da escolha racional não se faz cabível no presente momento. Cabe destacar, no entanto, a existência de críticas empreendidas por diversos autores vinculados à Sociologia Política a essa teoria, dentre os quais destaco Reis, E. (2002), Reis, F. W. (2002) e Sell (2002; 2006).



Baseado na discussão recente acerca da crise dos partidos políticos e da diminuição do engajamento partidário nas democracias, cabe destacar que dentre as perspectivas teóricas e empíricas analisadas pude identificar duas linhas de discussão acerca do ativismo partidário. A primeira, composta por autores preocupados com os efeitos da desmobilização dos cidadãos e da desconfiança com relação aos partidos políticos, cujas consequências são motivo de discordância, uma vez que há pesquisadores otimistas, que entendem que o apartidarismo se explica pela melhoria na qualidade do eleitorado, e outros pessimistas, que acreditam no enfraquecimento e em dificuldades para a consolidação do regime democrático por conta da menor identificação dos indivíduos com os partidos. A segunda linha diz respeito a autores que empreendem esforços no sentido de identificar os determinantes do engajamento ou desengajamento partidário, dentre os quais os mais recentes estudos apontam os modelos do engajamento cognitivo e do voluntarismo cívico como aqueles cujos resultados têm possibilitado inferências para um grande número de nações.

Considerando a relevância dos resultados de pesquisas internacionais sobre o tema tanto para a Ciência Política quanto para a Sociologia Política, bem como para as democracias modernas, me parece salutar que pesquisadores políticos voltem seus esforços a tal questão, uma vez que, ainda que não haja consenso acerca dos efeitos da crise dos partidos políticos e da diminuição do engajamento partidário, faz-se necessário acompanhar o desenvolvimento de tal questão dentre as populações nacionais, a fim de verificar qual o seu comportamento, bem como os fatores que determinam o ativismo ou o inativismo partidário.

Em meu entendimento, como afirmado no decorrer do texto, é clara a influência weberiana em tal classificação, ainda que não seja explicitada pelo autor, uma vez que a proposta analítica de Dalton adota por princípio os modos de orientação das ações sociais de Weber, cujos conceitos se encontram expostos em *Economia e Sociedade*. Diante do exposto, a expectativa é de que este manuscrito tenha atendido seu objetivo de evidenciar, no modelo de perfil do eleitorado norte-americano de Dalton<sup>14</sup>, a

---

<sup>14</sup> Para uma análise crítica de *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*, ver Gimenes (2015).

influência dos modos de orientação presentes nos conceitos da ação social de Max Weber, cujos escritos são referências tanto à Sociologia quanto à Ciência Política e Sociologia Política contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. *Los partidos políticos en la América Latina. América Latina Hoy*, n. 27, p. 17-35, 2001.

ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].

BAQUERO, M. *Identificação partidária e comportamento eleitoral*. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 36., 2012, Águas de Lindóia, SP. *Anais...* Águas de Lindóia, SP: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

\_\_\_\_\_. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

\_\_\_\_\_. Crise da mediação política aumenta na América Latina. *Revista do Legislativo*, abr./jun. 1998. p. 50-54.

BARNES, S; KAASE, M. *Political Action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills, Sage, 1979.

BAUDOUIN, J. *Introdução à Sociologia Política*. Lisboa: Estampa, 2000.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 95-118.

BORBA, J; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política. In: SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. *Movimentos sociais e participação: trajetórias e*

*tendências analíticas*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015 (no prelo).

CLARKE, H. D.; STEWART, M. C. *The decline of parties in the minds of citizens*. *Annual Reviews Political Science*, v. 1, p. 357-378, 1998.

CATTERBERG, G. *Evaluations, referents of support, and political action in new democracies*. *International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 44, p. 173-198, jun. 2003.

DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

DALTON, R. J. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.

\_\_\_\_\_. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 5. ed. Washington, DC: CQ Press, 2008.

\_\_\_\_\_. Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate. *Electoral Studies*, n. 26, p 274-286, 2007.

\_\_\_\_\_. Citizenship norms and political participation in America: the good news is... the bad news is wrong. *Occasional Paper Series*, n. 1, 2006.

\_\_\_\_\_. Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies. *Journal of Politics*, n. 46, p. 264-284, 1984.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University, 2001.

DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 295-320, 2003.

DELLA PORTA, D. *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Estampa, 2003.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. 2. ed. Brasília: Zahar, 1980 [1951].

ESSER, H. *Soziologie: Allgemeine Grundlagen*. Frankfurt: 1993.

FREIRE, A. Identidades ideológicas e partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 47, p. 11-33, 2005.

FURRIEL, W. O.; GIMENES, E. R. Opinião pública e partidarismo: indicadores de institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. In: Seminário Nacional Partidarismo, Militantismo e Comportamento Eleitoral no Brasil, 1. 2015. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2015.

GALLEGO, A.; GUILLEM, R.; ANDUIZA, E. *Disproportionality and voter turnout in new and old democracies*. *Electoral Studies*, v. 31, n. 1, p. 159-169, mar. 2012.

GIMENES, E. R. Apartidarismo e racionalidade: a relação entre os novos eleitores independentes e os partidos políticos sob a perspectiva da mobilização cognitiva. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, 2015 (no prelo).

\_\_\_\_\_. Partidarismo na América Latina: análise longitudinal de dados de opinião pública. In: Seminário Nacional sobre Comportamento Político e Opinião Pública. *Working paper*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [1984].

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. *Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline*. *International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, out. 2002.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

\_\_\_\_\_. Há um futuro para os partidos? *Revista Política Democrática*, Brasília, ano 1, n. 0, p. 147-160, out./dez. 2000.

MAIR, P.; VAN BIEZEN, I. *Party membership in twenty European democracies*. *Party Politics*, n. 7, v. 1, p. 5-21, 2001.

MAYER, R. *Os partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT*. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. CHAUDON, A. (Trad.). Brasília: Universidade de Brasília, 1982 [1911].

MILBRATH, L. *Political Participation: How and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.

MORALES, L. *¿Existe una crisis participativa? La evolución de la participación política y el asociacionismo en España*. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 13, p. 51-87, out. 2005.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. *Political activism: new challenges, new opportunities*. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007a. p. 628-652.

\_\_\_\_\_. *A virtuous circle: political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OPP, K. D. *Theories of political protest and social movements: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis*. Londres: Routledge, 2009.

PASQUINO, G. *Curso de Ciência Política*. Parede (Portugal): Principia, 2010.

PIERUCCI, A. F. *Economia e sociedade: últimos achados sobre a “grande obra” de Max Weber*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 41-51, out. 2008.

PUTNAM, R. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

\_\_\_\_\_. *Solo em la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

REIS, E. Situando a Sociologia Política. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-35, set. 2002.

REIS, F. W. Sociologia Política, Ciência Política e “escolha racional”. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 37-55, set. 2002.

SCARROW, S. E.; GEZGOR, B. *Declining memberships, changing members? European political party members in a new era*. *Party Politics*, v. 16, n. 6, p. 823-843, 2010.

SCHATTSCHEIDER, E. E. *Party government*. New York: Holt, Reiner and Turner, 1942.

SCHLUCHTER, W. *Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011.

\_\_\_\_\_. *Die Soziologische Grundbegriffe: Max Webers Grundlegung einer verstehenden Soziologie. Die Entzauberung der Welt*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009, p.111-136.

SELL, C. E. Um paradigma weberiano? Anotações sobre um programa de pesquisa. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 36., 2012. *Anais... Águas de Lindóia (SP): Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 2012.

\_\_\_\_\_. *Sociologia clássica. Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia Política. Política e sociedade na modernidade tardia*. Petrópolis: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. Sociologia Política, escolha racional e participação político-eleitoral. *Revista*

---

*Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 65-71, set. 2002.

SEYD, P.; WHITELEY, P. *British party members. An overview. Party Politics*, v. 10, n. 4, p. 355-366, 2004.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P., POGUNTKE, T. *Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. European Journal of Political Research*, n. 51, p. 24-56, 2012.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America*. Chicago: University of Chicago, 1972.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University, 1995.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Fundamentos da Sociologia compreensiva. v. 1. 4. ed. 3. reimpr. Brasília: Universidade de Brasília, 2012 [1922].

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. 11. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1904].

\_\_\_\_\_. *Ciência e política: duas vocações*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011 [1919].

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. S. *Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest ‘Civic’ Payoff? Journal of Civil Society*, London, v. 1, n. 2, p. 121–146, set. 2005.

WHITELEY, P. *Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World. Party Politics*, v. 17, n. 21, 2011.

WHITELEY, P. F.; SEYD, P. *High intensity participation: The dynamics of party activism in Britain*. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2002.

---

## RESUMO

Entre as pesquisas que têm se dedicado à discussão sobre o partidarismo, muitas apontam o crescente distanciamento dos eleitores em relação aos partidos políticos. Nesse sentido, Dalton (2013) levanta a tese de que os Estados Unidos e as demais democracias avançadas estariam presenciando a expansão de um novo tipo de eleitor, apartidário. Diante dessas considerações, o presente artigo tem por objetivo evidenciar a influência do conceito de ação social de Weber sobre o modelo de tipificação dos perfis do eleitorado norte-americano. Em meu entendimento, a proposta analítica de Dalton adota por princípio os modos de orientação das ações sociais de Weber.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comportamento eleitoral. Apartidarismo. Ação social.

---

## ABSTRACT

Between the studies that have been dedicated to the discussion of the partidarism, there are many that point to the growing alienation of voters in relation to political parties. In this regard, Dalton (2013) raises the thesis that the United States and the other advanced democracies would be witnessing the expansion of a new type of voter, apartisan. In view of these considerations, the present article has for objective to emphasize the concept of social action of Weber in the model of typification of profiles of the north-American electorate. In my understanding, the analytical proposal by Dalton adopts in principle the guidance modes of social actions of Weber.

**KEYWORDS:** Electoral behavior. Apartidarism. Social action.

Recebido em: 23 de Maio de 2014

Aceito para publicação em: 29 de julho de 2014